

# Gênero e relações internacionais pela ótica marxista

*Gender and international relations from a marxist lens*

*Género y relaciones internacionales desde la perspectiva marxista*

Adriel Lemos<sup>1</sup>

Ana Carolina Pantoja<sup>2</sup>

Carolina Fonseca<sup>3</sup>

Danielle Souza<sup>4</sup>

Talita Vilela<sup>5</sup>

Vitória Amaral<sup>6</sup>

Recebido em: 17 de setembro de 2024

Aprovado em: 28 de maio de 2024

## RESUMO

O artigo “Gênero e Relações Internacionais pela ótica marxista” explora como a teoria marxista pode evidenciar as desigualdades de gênero nas relações internacionais. Os autores discutem a relação entre opressão feminina e capitalismo, destacando a luta de classes como central para entender as dinâmicas globais. A perspectiva feminista marxista critica as

estruturas de poder que sustentam a hegemonia econômica e política, propondo uma abordagem mais inclusiva que considera as vozes marginalizadas. O artigo enfatiza que a emancipação das mulheres está ligada à superação das desigualdades econômicas e sociais do capitalismo, destacando a importância da intersecção entre gênero, classe e economia para a compreensão das relações internacionais.

1. Graduando do curso de Relações Econômicas Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais;

2. Graduanda do curso de Relações Econômicas Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais;

3. Graduanda do curso de Relações Econômicas Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais;

4. Graduanda do curso de Relações Econômicas Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais;

5. Graduanda do curso de Relações Econômicas Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais;

6. Graduanda do curso de Relações Econômicas Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais

**Palavras-chave:** Gênero, Relações Internacionais, Marxismo, Capitalismo, Luta de Classes, Desigualdade.

## ABSTRACT

The article “Gender and International Relations from a Marxist Perspective” explores how Marxist theory can highlight gender inequalities in international relations. The authors discuss the relationship between female oppression and capitalism, highlighting the class struggle as central to understanding global dynamics. The Marxist feminist perspective criticizes the power structures that sustain economic and political hegemony, proposing a more inclusive approach that considers marginalized voices. The article emphasizes that women’s emancipation is linked to overcoming the economic and social inequalities of capitalism, highlighting the importance of the intersection between gender, class and economics for understanding international relations.

**Keywords:** Gender; International Relations; Marxism; Capitalism; Class Struggle, Inequality.

## RESUMEN

El artículo “Género y relaciones internacionales desde una perspectiva marxista” explora cómo la teoría marxista puede poner de relieve las desigualdades de género en las relaciones internacionales. Las autoras discuten la relación entre la opresión femenina y el capitalismo, destacando la lucha de clases como elemento central para entender la dinámica global. La perspectiva feminista marxista critica las estructuras de poder que sostienen la hegemonía económica y política, proponiendo un enfoque más inclusivo que tenga en cuenta las voces marginadas. El artículo subraya que la emancipación de la mujer está vinculada a la superación de las desigualdades económicas y sociales del capitalismo, destacando la importancia de la intersección entre género, clase y economía para entender las relaciones internacionales.

**Palabras clave:** Género, Relaciones Internacionales, Marxismo, Capitalismo, Lucha de Clases, Desigualdad.

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente atenção às intersecções entre gênero e relações internacionais tem desafiado abordagens do realismo e do liberalismo, frequentemente negligentes quanto às dimensões sociais e econômicas que moldam esses fenômenos. Nesse contexto, a perspectiva feminista marxista oferece uma análise crítica fundamental da questão de gênero, ao enfatizar as relações de poder e as estruturas socio-econômicas que sustentam as desigualdades de gênero a nível global. Apesar de Marx não ter desenvolvido uma teoria específica sobre gênero, suas ideias sobre luta de classes e a crítica ao capitalismo fornecem um arcabouço teórico valioso para as pensadoras feministas compreenderem as opressões de gênero no âmbito internacional.

A interconexão entre gênero, classe e economia revela que a propriedade privada, consolidada por meio de relações patriarcais, funciona como um alicerce das desigualdades de gênero. Engels (2006) destaca que a família nuclear burguesa reproduz essas condições de opressão dentro do sistema capitalista, enquanto Kollontai (2000) aponta que a moral sexual e a moral burguesa reforçam a subordinação das mulheres como propriedade do homem.

Andrade (2024), ao usar o exemplo da América Latina, ressalta que, no contexto do capitalismo periférico, as relações de poder e as desigualdades de gênero se articulam, reforçando a interdependência entre as estruturas locais e globais. Nesse cenário, a relação centro-periferia perpetua formas de exploração econômica e patriarcal, em que as mulheres, sobretudo em setores informais e de baixa renda, enfrentam a exploração no mercado de trabalho globalizado e a reprodução de normas patriarcais que restringem sua autonomia e direitos. Essa dinâmica evidencia que a emancipação feminina não pode ser dissociada da crítica ao imperialismo e às estruturas de dependência que sustentam o sistema capitalista global, reforçando a necessidade de uma transformação estrutural que articule lutas por justiça de gênero com a crítica às relações de dominação imperialista.

O marxismo propõe uma abordagem que considera as relações de classe e as condições econômicas como elementos centrais para entender as interações internacionais, contradizendo a teoria tradicional, que se concentra nas interações entre Estados soberanos. Sob essa ótica, há uma conexão com a teoria de gênero de Davis (2016) e Saffiotti (1978), em que a partir da questão de gênero, há um comparativo entre as diversas formas de feminismo no mundo, trazendo contrapontos, convergências e análises de como essa questão relaciona-se com a luta de classes, principal ponto da obra de Marx.

Com isso, um dos principais conceitos aplicados às relações internacionais é a ideia de hegemonia. A hegemonia, entendida como a dominação de uma classe ou grupo sobre outros, é crucial para compreender como os Estados conseguem exercer influência e controle. A análise marxista, principalmente a realizada por Cox (1981), investiga não apenas as formas de dominação política, mas também as estruturas econômicas que sustentam essa hegemonia. Assim, a luta de classes se torna um elemento central para entender as tensões e conflitos que emergem nas relações internacionais, revelando como a desigualdade socio-econômica se manifesta nas disputas internacionais e nas disputas de gênero.

Além disso, é importante ressaltar um limite da análise feminista marxista na questão de gênero, pois há uma negligência de viés racial e social, como aborda Passos et Carletti (2024). Nesse contexto, as ideias de Davis (2016) precisam ir além das abordagens tradicionais marxistas, reconhecendo que expe-

riências específicas de grupos marginalizados, como mulheres negras, indígenas e de classe baixa, revelam dinâmicas de poder distintas e que muitas vezes permanecem invisibilizadas nas discussões convencionais. Assim, a perspectiva de Davis (2016) amplia o entendimento de que a emancipação de gênero deve estar articulada a estratégias de resistência que considerem as intersecções identitárias e estruturais, reforçando a necessidade de políticas que combatam simultaneamente o racismo, o patriarcado e a exploração econômica no cenário global.

Dessa forma, neste artigo, argumenta-se que a opressão das mulheres não é resquício de formações sociais anteriores, mas um elemento funcional à reprodução do capitalismo contemporâneo, articulando-se à divisão internacional do trabalho, à propriedade privada e à lógica centro-periferia. A partir do diálogo com autoras como Davis (2016), Saffiotti (1978), Kollontai (2000), Arruzza (2013) e Andrade (2024), busca-se demonstrar que a emancipação das mulheres exige uma transformação radical das estruturas econômicas e simbólicas do sistema internacional. Para isso, o artigo está estruturado em três seções: a crítica feminista marxista às estruturas de poder nas RI, a interseccionalidade entre gênero, classe e economia, e o papel da propriedade privada na reprodução da opressão de gênero.

O presente artigo tem o objetivo de contribuir para o aprofundamento do debate teórico no campo das RI, destacando os limites e potencialidades das abordagens marxistas-feministas para a compreensão das desigualdades de gênero no sistema internacional contemporâneo. Com o intuito de se argumentar pela centralidade da interseccionalidade como ferramenta crítica para pensar alternativas emancipatórias nas RI.

## 2 GÊNERO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS PELA ÓTICA MARXISTA

### 2.1 A crítica da Teoria Feminista Marxista às estruturas de poder e gênero nas Relações Internacionais.

Inicialmente, a análise feminista marxista faz um regaste à teoria tradicional do materialismo histórico de Marx e uma renovação para os desafios do neoliberalismo e do capitalismo global, ao

centrar-se na luta de classes e nas relações econômicas, evidencian- do como as hierarquias de gênero são sustentadas pelas estruturas de poder dominantes no sistema global. Sob essa ótica, Andrade (2024) aborda que a teoria marxista incorpora uma análise crítica das estruturas de poder que operam tanto no âmbito econômico quanto no social. Isso inclui as dinâmicas de gênero, e a articulação com o patriarcado e com o capitalismo dependente. Nesse sentido, enquanto Andrade (2024) argumenta essa relação com olhar para a América Latina, este artigo expande esse pensamento para as es- truturas de poder das Relações Internacionais.

Dessa maneira, o feminismo marxista consegue ampliar os marcos analíticos das Relações Internacionais (RI), ao analisar como as desigualdades de gênero devem ser interpretadas no inter- ior das relações de classe e do sistema de produção capitalista. Esse cenário se desenvolve como uma corrente do pensamento marxista que se destaca por sua crítica incisiva às estruturas de poder que governam as relações internacionais. Assim, no âmbito das RI, Cox (1981) desafia a visão de que o Estado e a nação seriam as prin- cipais fontes de poder na configuração internacional, argumentando que esse poder resulta das dinâmicas econômicas e de classe que ultrapassam as fronteiras nacionais. Em convergência, Andrade (2024) reforça essa premissa ao afirmar que o poder no sistema internacional é moldado pelas relações de dependência econômica e pelas estruturas de exploração.

Além disso, o debate feminista marxista contribui de forma significativa para as RI ao integrar uma análise crítica das estru- turas de poder globais sob a ótica da interconexão entre classe e gênero. Para Andrade (2024), ao articular o feminismo com o ma- terialismo histórico, o feminismo marxista amplia o entendimento da operação do sistema internacional, demonstrando como ele fun- ciona em consonância com formas de exploração econômica e do- minação patriarcal, muitas vezes invisibilizadas pelas abordagens tradicionais das RI.

Com isso posto, a ausência da perspectiva feminista marxista nas análises de RI implica uma negligência de aspectos centrais da realidade internacional, como a exploração sistemática das mulhe- res nas cadeias globais de produção e a invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidado nas dinâmicas econômicas transnacionais. Andrade (2024) enfatiza que desconsiderar as intersecções entre gênero, classe e raça perpetua uma compreensão reducionista e

elitista das relações internacionais, limitada às ações de elites estatais e corporativas. Essa ausência dificulta o reconhecimento do papel fundamental das mulheres e das populações marginalizadas na sustentação do sistema global, bem como dos efeitos específicos das políticas internacionais sobre esses grupos.

Sendo assim, a relação entre gênero e Relações Internacionais desafia as abordagens tradicionais, como o realismo e o liberalismo, que trazem uma análise focada no Estado como agente nas relações internacionais. Isso diverge da análise de Cox (1981), que estipula um movimento analítico além do Estado, focando em agentes internos como principais atores das RI.

Nesse sentido, a perspectiva marxista, com ênfase nas relações de poder e nas estruturas sociais, oferece uma lente crítica para analisar como as desigualdades de gênero se entrelaçam com as relações interestatais e a hegemonia global. De acordo com Tickner (1997), as abordagens tradicionais de RI tendem a ignorar as experiências das mulheres e as relações de gênero, considerando o Estado como uma entidade homogênea e desprezando as assimetrias sociais internas. Assim, a análise marxista, embora não seja originalmente centrada em questões de gênero, fornece ferramentas importantes para compreender essas desigualdades na arena internacional, sobretudo ao destacar as relações de classe, a exploração econômica e os processos históricos que reforçam a opressão de gênero.

Nesse sentido, é necessário destacar a necessidade de integrar a economia política e as dimensões históricas na compreensão das interações entre Estados e as estruturas de poder. Isso está alinhado às críticas de Tickner (1997) à visão convencional, que por sua vez, desconsidera o papel das diferenças de gênero na construção das políticas globais. Consoante a isso, Engels (2006) e Kollontai (2000) argumentam que a opressão feminina está intrinsecamente ligada ao sistema capitalista, em que a propriedade privada perpetua a desigualdade de gênero, uma vez que com a consolidação da propriedade privada e a exploração econômica, a mulher foi submetida à esfera doméstica e ao controle masculino. Dessa forma, é possível realizar uma conexão com Engels (2006), que elabora como a família nuclear burguesa reproduz as condições de opressão feminina dentro da estrutura capitalista.

Ainda sob esse cenário, Kollontai (2000) desenvolve, em sua obra “Nova mulher e a moral sexual”, uma análise da situação da mulher na sociedade burguesa, reprimida por um código moral em

que a propriedade privada é prioridade. Assim, Kollontai (2000) propõe a nova moral sexual que consegue se estabelecer na futura sociedade comunista, fundada nos princípios proletários da solidariedade e da coletividade, como meio de propiciar cidadania.

Tal análise acaba por se alinhar à análise de Andrade (2024), que reforça que as relações de gênero estão intrinsecamente ligadas às estruturas econômicas e sociais do capitalismo dependente da relação centro-periferia,<sup>7</sup> em que a reprodução do patriarcado e da opressão das mulheres é sustentada pela lógica de exploração e pela dinâmica internacional do sistema capitalista. Assim, as mudanças na moral sexual e na cidadania só são possíveis em um contexto de transformação profunda das estruturas econômicas e sociais, que deve incorporar as lutas de classe e de gênero, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Ao criticar a moral sexual burguesa, convergindo com as ideias de Engels (2000), Kollontai (2000) defende a criação de estruturas sociais que apoiassem a participação igualitária das mulheres na vida pública e econômica, e permitissem que as mulheres se engajassem plenamente na produção e na vida política. Diante disso, Kollontai (2000) elabora que ao tirar do lar milhares de mulheres, o capitalismo converte as mulheres submissas aos maridos num exército que luta pelos seus próprios direitos e pelos direitos e interesses da sociedade como um todo. Isto contribui para que a mulher fortaleça a sua individualidade e desenvolva a consciência de sua identidade própria e de seus direitos.

Dessa forma, as operárias sentem o antagonismo de classe com uma intensidade maior que as mulheres do tipo antigo, que não tinham consciência da luta social. Isto é, para a operária, que deixou sua casa, que experimentou toda a força das contradições sociais e que se viu motivada a participar ativamente na luta de classes, torna-se de extrema importância a consciência que a operária adquire de que ela faz parte de uma classe social. Assim, de acordo com Davis (2016) e Cox (1981), as experiências de gênero são moldadas pela estrutura do capitalismo global. Dessa maneira, a inserção das mulheres no trabalho produtivo revela o antagonis-

---

7. De acordo com Furtado (1987), a relação centro-periferia é uma polaridade histórica dentro do sistema capitalista global, na qual o centro industrializado e dominante molda as economias periféricas, especializadas na produção primária e fornecimento de mão de obra barata, criando estruturas de dependência e subdesenvolvimento caracterizadas pela modernização do consumo sem transformação produtiva equivalente.

mo de classe e fortalece sua consciência social, enquanto fatores como raça e classe criam trajetórias distintas, especialmente para mulheres negras e trabalhadoras.

Ainda nesse contexto, destaca-se a contribuição de Cox (1981), ao evidenciar que as potências econômicas e políticas, por meio de seu poder econômico e diplomático, exportam padrões de gênero — como papéis de trabalho e normas familiares — para além de suas fronteiras nacionais. Com isso, as dinâmicas de gênero estabelecidas nos países industrializados acabam sendo projetadas para o sistema internacional, transformando-se em um modelo hegemônico que ultrapassa o plano conjuntural e se insere nas estruturas profundas das relações econômicas globais. Sendo assim, a exportação desses padrões não apenas reproduz, mas institucionaliza um modelo de opressão de gênero no âmbito das relações internacionais, consolidando as desigualdades como parte do próprio funcionamento do sistema capitalista mundial.

Nesse sentido, o capitalismo industrial redefiniu o papel das mulheres, associando-as à esfera doméstica, mas sem homogeneizar suas experiências. A perspectiva marxista, abordada por Cox (1981), evidencia que o capitalismo organiza globalmente as relações de produção e reprodução social, naturalizando normas que sustentam o sistema dominante. Sob essa ótica, o feminismo marxista amplia a análise das dinâmicas internacionais ao articular gênero, classe e economia, revelando mecanismos profundos de opressão invisibilizados pelas abordagens tradicionais focadas apenas em Estados e elites.

Assim, é possível expandir a ideia de Engels (2006) de que essa experiência operária demonstra como a opressão não é apenas uma questão econômica, mas também uma questão de consciência da estrutura de poder. Isso corrobora a preeminência da análise de uma padronização do sistema capitalista como uma vertente internacional. Ademais, para Engels (2006), a dominância masculina é fruto da supremacia econômica dos homens. Assim, enquanto Engels (2006) enfatiza a relação entre a opressão econômica e a dominação masculina, a vivência das operárias estabelecida por Kollontai (2000) ilustra como a luta de classes pode catalisar uma transformação na percepção de gênero, levando a uma maior conscientização e resistência contra a opressão.

Isso posto, ao analisar a obra de Enloe (2014), é possível identificar pela ótica do feminismo nas relações internacionais, que a

autora corrobora e enriquece a síntese de Engels (2006) e Kollontai (2000), mostrando como a experiência das trabalhadoras no contexto global revela uma opressão que vai além do puramente econômico, uma vez que o internacional deve ser analisado como pessoal, e vice-versa. Isso revela a interconexão entre as relações de gênero domésticas e as dinâmicas de poder internacional.

Além disso, Kollontai (2000) afirma que são as relações de produção, que durante tantos séculos mantiveram a mulher trancada em casa e submetida ao marido, que impelem a mulher frágil e inadaptada à luta do cotidiano e a submetem à dependência econômica do capital. As obrigações familiares e o cuidado com as crianças são problemas de ordem econômica e eles vão cessar, somente, com o fim das relações de produção. Isso se relaciona com o pensamento de Marx voltado para a alienação como uma condição central no capitalismo.

Desse modo, a perspectiva das Relações Internacionais pode ser enriquecida analisando a forma como as mulheres são inseridas no processo das relações entre Estados. Assim, a análise das dinâmicas de gênero no campo econômico internacional deve combinar a lente marxista — centrada na luta de classes, conforme Engels (2006) e Kollontai (2000) abordam — com a lente feminista — que evidencia o papel subordinado imposto às mulheres no capitalismo, conforme Enloe (2014) e Davis (2016). Essa abordagem revela que a alienação feminina ocorre tanto no ambiente doméstico quanto no local de trabalho, como já apontado por Marx e aprofundado por Kollontai (2000), para quem a emancipação das mulheres é inseparável da luta contra o capitalismo e o imperialismo.

Nesse sentido, a mulher trabalhadora, ao ser incorporada à economia capitalista moderna, acumulou uma jornada de trabalho doméstico e uma de trabalho remunerado, sendo submetida a piores condições laborais e salários inferiores aos dos homens. Nesse cenário, Kollontai (2000) argumenta que a libertação feminina está ligada à superação do ordenamento familiar tradicional e da estrutura de classes, pois é no seio dessas instituições que se consolidam as bases da opressão de gênero. Assim, no pensamento feminista marxista, a opressão e exploração das mulheres são compreendidas como expressões diretas da luta de classes e da reprodução das desigualdades estruturais do capitalismo global, o que expande a ideia de Cox (1981) sobre como as relações internacionais po-

dem ser modeladas pelo cenário interno da sociedade, nesse caso, das relações de gênero.

Por fim, a crítica marxista-feminista às estruturas de poder nas Relações Internacionais revela como a lógica do capitalismo global — conforme descrito por Cox (1981) — não apenas organiza a divisão sexual do trabalho dentro dos Estados, mas também orienta a formação de regimes de comércio e de segurança que afetam desigualmente as mulheres em diferentes regiões. Sob essa ótica, a propriedade privada e a família nuclear burguesa, conforme Engels (2006), produzem uma subordinação — doméstica e econômica — que se reflete nos fluxos de produção internacional, precarizando ainda mais o trabalho feminino.

Portanto, expandindo o pensamento de Andrade (2024), o sistema capitalista da relação entre centro-periferia reforça que as relações de poder são sustentadas por uma dinâmica global que reproduz desigualdades de gênero. Além disso, o surgimento da “nova mulher” operária, de acordo com Kollontai (2000), e a consciência de classe das trabalhadoras impulsionam movimentos transnacionais por direitos laborais e pela incorporação de gênero em processos de paz. Dessa forma, a emancipação feminina só se concretiza na medida em que há uma mudança estrutural no sistema de produção econômico internacional, fundamentada na superação do capitalismo dependente e na construção de solidariedade global

## *2.2 A intersecção entre gênero, classe e economia na perspectiva marxista*

Após a contextualização do cenário de como estruturas de poder e gênero integram fortemente as relações internacionais, chega-se a um ponto fundamental da discussão, de como as relações sociais domésticas moldam o cenário globalizado. Para isso, utilizamos a questão da intersecção entre gênero, classe e economia e a sua importância para entender esse cenário. Andrade (2024) destaca que as relações de poder no sistema global são sustentadas por uma articulação intrínseca entre capitalismo, imperialismo e patriarcado, que reforçam a subordinação de determinadas populações, especialmente das mulheres, em contextos de dependência econômica e de estruturas políticas desiguais.

Assim, as relações domésticas de gênero não são isoladas do cenário internacional, mas articuladas por meio de redes de poder que atravessam as fronteiras e os sistemas econômicos globais. Além disso, Passos et Carletti (2024) sintetizam que a necessidade de reconhecer que as desigualdades de gênero são moldadas por processos históricos e sociais, em que as múltiplas identidades e formas de subordinação, como classe, etnia e localização geográfica, se intersectam na configuração das experiências das mulheres. Sendo assim, as relações domésticas revelam que os fenômenos de violência de gênero, exploração laboral e exclusão social estão profundamente ligados às dinâmicas econômicas e políticas internacionais.

Diante disso, tem-se como tópico central Davis (2016), que utiliza o marxismo para analisar a opressão das mulheres, que por sua vez, é perpetuada pelo capitalismo. Isso converge diretamente com a ideia de opressão de classes de Marx e mostra a importância em compreender a opressão de gênero, raça e classe de forma interseccional. Isso porque, as experiências das mulheres negras, indígenas e de outros grupos marginalizados são frequentemente invisibilizadas nos movimentos feministas tradicionais, que tendem a centralizar suas análises em torno do patriarcado e do capitalismo, sem considerar as especificidades raciais e culturais.

Sob essa ótica, a utilização da obra de Davis (2016) amplia a temática feminista supracitada, que possui esse limite racial, se pensarmos em um âmbito da globalização dos povos. Nesse sentido, Davis (2016) enfatiza a necessidade de construir feminismos interseccionais que incluem e valorizem as experiências de todas as mulheres, especialmente as mais marginalizadas.

Outrossim, é necessário pontuar que Davis (2016), mesmo convergindo com o pensamento marxista, critica a falta de atenção de Marx e Engels (2006) às questões de gênero e utiliza essas teorias para construir uma análise interseccional da opressão. Embora o termo “interseccionalidade” tenha sido cunhado por Kimberlé Crenshaw, Davis (2016) já explorava essas ideias décadas antes, argumentando sobre lutas que estão inextricavelmente ligadas, como lutas contra o racismo e o sexismo, e tantas outras formas de opressão que estão profundamente ligadas ao capitalismo.

Nesse sentido, indo de encontro ao pensamento de Davis (2016), Saffioti (1978) estabelece que o capitalismo molda a relação de gênero na sociedade, argumentando que a plena integração das

mulheres na sociedade capitalista é limitada pela própria natureza do sistema. Isso converge com as ideias de Marx, que argumenta que o capitalismo é um sistema baseado na apropriação privada dos meios de produção, onde a exploração do trabalho excedente é fundamental para a acumulação de capital, manifestando-se também nas relações de gênero.

Além disso, Saffioti (1978) enfatiza que essas modulações do capitalismo são refletidas nas ideias de Cox (1981), uma vez que as dinâmicas de poder, exploração e desigualdades são amplificadas em um contexto global. O capitalismo, ao se expandir internacionalmente, intensifica as desigualdades de gênero tanto dentro dos países quanto nas relações entre as nações. Assim sendo, as mulheres, especialmente em países em desenvolvimento, enfrentam uma dupla marginalização: a exploração econômica global e as estruturas patriarcais locais. Nas relações internacionais, a interdependência econômica entre países pode levar à exploração do trabalho feminino em setores como a manufatura e a agricultura, onde as mulheres são empregadas em condições precárias e com salários baixos.

Sob esse cenário, Saffioti (1978) critica a noção de igualdade jurídica no capitalismo abordada por Marx, que discute como as relações de classe e poder distorcem a verdadeira igualdade entre as pessoas, escondendo as desigualdades estruturais que perpetuam a opressão de grupos, incluindo as mulheres. Dessa forma, as ideias de Davis (2016) acabam interagindo com o pensamento de Saffioti (1978), uma vez que é essencial incorporar uma análise de raça e gênero para compreender plenamente a dinâmica da opressão capitalista. Ao explorar a escravidão em “Mulheres, raça e classe”, Davis (2016) utiliza o marxismo como uma lente para analisar a questão de gênero, ao destacar como as mulheres negras foram oprimidas pelo racismo e pelo sexism, e como suas lutas são centrais para qualquer movimento de libertação.

Davis (2016) também critica a forma como o capitalismo utiliza as divisões de gênero para fragmentar a classe trabalhadora, criando conflitos internos que enfraquecem a solidariedade de classe. As mulheres são frequentemente levadas para trabalhos mal pagos e precários, enquanto os homens são incentivados a ver as mulheres como competidoras no mercado de trabalho. Essa estratégia divide a classe trabalhadora, dificultando a organização coletiva e a resistência ao capitalismo. Ainda nesse cenário, para Davis

(2016), a luta contra a opressão de gênero é inseparável da luta contra o capitalismo, pois ambos os sistemas de opressão se sustentam mutuamente. Ela argumenta que as lutas contra o racismo, o sexismo e o capitalismo estão inextricavelmente ligadas.

Nesse contexto, Andrade (2024) reforça essa perspectiva ao analisar que a estrutura do patriarcado e do capitalismo na América Latina está intrinsecamente ligada às configurações de poder e à reprodução de desigualdades no sistema internacional. A dominação imperialista, por exemplo, articula-se com mecanismos de exploração racial e de gênero, promovendo contradições internas nos países periféricos latino-americanos, impactando suas políticas econômicas e sociais. Assim, as categorias de raça, classe e gênero não são apenas experiências locais, mas elementos centrais na análise das relações internacionais, onde processos globais reforçam e reproduzem as opressões internas.

Davis (2016) elabora que as mulheres negras, devido às suas experiências únicas, são capazes de identificar as interconexões entre diferentes formas de opressão e liderar movimentos que abordem essas intersecções. Através de sua análise, Davis (2016) postula que qualquer movimento de libertação que ignore as experiências das mulheres negras está condenado a ser incompleto e, em última instância, ineficaz. Assim, a verdadeira emancipação só pode ser alcançada através da erradicação de todas as formas de opressão.

A partir da perspectiva feminista marxista e da abordagem interseccional, conclui-se que a emancipação das mulheres não pode ser dissociada da crítica estrutural ao sistema capitalista global. Conforme argumentam Andrade (2024) e Davis (2016), a igualdade de gênero requer a superação das formas de dominação sustentadas pelas relações de produção e reprodução capitalistas, que são mantidas por estruturas estatais e interesses transnacionais. Nesse sentido, Engels (2006) propõe uma transformação radical da base material da sociedade — uma revolução social que elimine as classes, o Estado e a alienação — como condição necessária para a construção de uma ordem social na qual a igualdade de gênero possa ser efetivamente concretizada.

Tal perspectiva exige uma análise crítica das dinâmicas de poder e dependência que estruturam o sistema internacional, principalmente, no cenário do capitalismo globalizado entre centro-periferia. Esse cenário é exemplificado por Andrade (2024) na América Latina,

em que a crítica feminista interseccional revela como o capitalismo dependente e suas formas de inserção subordinada na economia global intensificam a superexploração do trabalho feminino, especialmente entre mulheres negras, indígenas e periféricas. A lógica do endividamento, impulsionada por políticas neoliberais e mecanismos de dominação financeira internacional, atua como instrumento de controle e aprofundamento das desigualdades de gênero e raça.

Portanto, a interseccionalidade, ao evidenciar a articulação entre gênero, classe, raça e colonialidade, emerge como ferramenta analítica para compreender as múltiplas formas de opressão no sistema internacional globalizado. Ignorar essas interações compromete não apenas a eficácia das políticas de equidade, mas também a capacidade analítica das Relações Internacionais em captar as dinâmicas de dominação que atravessam o espaço global.

### *2.3 Propriedade privada e a opressão feminina: uma transformação estrutural para a igualdade de gênero nas relações internacionais*

Com a intersecção entre gênero, classe e economia bem estabelecida, a análise de Saffioti (1978) sobre a opressão das mulheres no contexto do capitalismo pode ser enriquecida pela perspectiva de Engels (2006). Isso porque, Engels (2006) argumenta que a opressão feminina está diretamente ligada à formação da propriedade privada e às estruturas patriarcas que emergiram como desenvolvimento do capitalismo. Engels (2006) sugere que a subordinação feminina é uma consequência da divisão do trabalho que perpetua a desigualdade de gênero. Nesse viés, Saffioti (1978) consegue fazer a complementação desse pensamento ao enfatizar que o capitalismo não apenas molda as relações de gênero dentro dos lares, mas também influencia as dinâmicas globais nas relações internacionais, afetando portanto, as mulheres em diferentes contextos nacionais. Sob essa ótica, Arruzza (2013) argumenta que a globalização capitalista acaba por impulsionar o processo de feminização da força de trabalho, ou seja, em escala internacional, as mulheres são cada vez mais integradas ao trabalho produtivo pago.

Sob esse cenário, para Arruzza (2013), o capitalismo globalizado, ainda que desfaça certas formas de opressão patriarcal herdadas de modos de produção anteriores — como aqueles descritos por Engels (2006) —, conserva, adapta e instrumentaliza as relações de poder e a ideologia patriarcal para garantir a reprodução

da força de trabalho. Esse objetivo é alcançado por intermédio da transferência do trabalho reprodutivo, não remunerado, para o âmbito familiar, sendo que a subordinação feminina assegura que essa carga recaia, majoritariamente, sobre as mulheres, mesmo quando estas também exercem atividades remuneradas.

No viés do mundo globalizado, a opressão sofrida pelas mulheres adquire centralidade na divisão internacional do trabalho sob o capitalismo. Isso é corroborado com a análise de Arruzza (2013), que destaca o conceito de “feminização do trabalho”, não se limitando ao aumento da participação feminina no mercado produtivo, mas representa também uma estratégia capitalista para desqualificar setores, reduzir custos trabalhistas, precarizar condições laborais e ampliar a exploração. Essa dinâmica conecta-se à análise de Engels (2006), que identificou na imposição da forma patriarcal — com base na supremacia econômica masculina — um elemento fundante das estruturas sociais modernas.

Em contrapartida, mesmo que Engels (2006) tenha estabelecido bases relevantes para a compreensão estrutural da opressão feminina, sua análise permanece ancorada no materialismo histórico, não reconhecendo plenamente as opressões multifatoriais que ultrapassam a esfera econômica e no quesito internacional. Nesse ponto, Saffioti (1978) oferece uma contribuição decisiva, ao afirmar que a cultura da submissão feminina ultrapassa as determinações materiais, manifestando-se também no plano ideacional e simbólico. Para Saffioti (1978), a opressão de gênero não é apenas uma consequência da estrutura econômica, mas se sustenta em valores culturais profundamente enraizados, que legitimam e perpetuam as desigualdades. Isso pode ser expandido para o contexto internacional, uma vez que para Arruzza (2013), essa desvalorização afeta não apenas os salários e as condições objetivas de trabalho, mas também a subjetividade de classe das mulheres, dificultando sua mobilização política e sindical.

Assim, mesmo com a ampliação da presença feminina no mercado de trabalho, as desigualdades de gênero permanecem, em razão da desvalorização sistêmica do trabalho das mulheres, frequentemente visto como complementar ao masculino. Isto é, ao analisar essa relação laboral pela ótica das relações internacionais, é de suma importância considerar o viés do feminismo marxista, uma vez que esta corrente critica a ideia de que as mulheres são apenas um item que complementa o homem no capitalismo globalizado.

Dessa maneira, para Engels (2006), a estrutura social dominante elevou o homem à posição de controle sobre todas as esferas da vida, excluindo as mulheres de papéis relevantes, exceto o de procriadora. Mesmo que certas limitações tenham sido impostas à dominação masculina ao longo da história, ela nunca foi inteiramente superada. A consolidação da família patriarcal e da autoridade masculina como núcleo organizador da vida social expressa essa permanência. Em escala global, esse modelo de dominação articula-se com a lógica da acumulação capitalista, criando uma realidade complexa e profundamente desigual.

Nessa tentativa de compreender as relações de gênero no âmbito das relações econômicas internacionais, pode-se concluir que a articulação entre classe e gênero atuam como dimensões interdependentes das relações de produção e de manutenção das estruturas de poder capitalistas. Assim, o que tem-se em mente quanto à questão de gênero é reconhecer que a opressão feminina, longe de ser um resquício de formações sociais passadas, é um elemento constitutivo da atual ordem global, impactando de modo direto a vida de mulheres em distintas nações e contextos.

Ademais, Saffioti (1978) acaba por criticar a noção de igualdade jurídica no capitalismo, destacando como as relações de classe e poder distorcem a verdadeira igualdade, reforçando as desigualdades estruturais que oprimem as mulheres. Essa ilusão de igualdade legitima a exploração tanto no contexto doméstico quanto no internacional, permitindo que o capitalismo mantenha sua estrutura hierárquica, o que caminha na mesma linha da teoria anteriormente citada de Cox (1981).

Além disso, Saffioti (1978) enfatiza que, apesar da inserção das mulheres no mercado produtivo, as desigualdades de gênero se mantêm devido à cultura do machismo. Concluindo esse pensamento, Saffioti (1978) atribui que a verdadeira transformação estrutural para a igualdade de gênero nas relações internacionais requer uma análise interseccional que considere não apenas as dimensões econômicas, mas também as dimensões culturais e ideacionais da subordinação feminina.

Dessa maneira, a propriedade privada está ligada à consolidação do patriarcado. Dessa forma, Engels (2006) expõe as bases materiais dessa dominação, mas deixa em aberto as dimensões culturais que a perpetuam. Nesse ponto, Saffioti (1978) aprofunda a análise ao demonstrar que, longe de se restringir ao econômico, a

ideologia patriarcal se mantém viva no plano simbólico, mascarando desigualdades sob o manto da igualdade jurídica, e, ampliando em nível global os mecanismos de subordinação feminina.

Por fim, Arruzza (2013) evidencia que o capitalismo globalizado não apenas preserva, mas instrumentaliza essas relações de poder para alimentar a feminização precária da força de trabalho, integrando mulheres a cadeias internacionais de valor em condições desiguais e reforçando, assim, as hierarquias de gênero. Assim, é possível chegar à conclusão de que romper esse vínculo exige não apenas a superação das barreiras materiais impostas pelo capitalismo, mas também o combate às lógicas culturais e simbólicas do patriarcado, pautando políticas globais que articulem direitos de propriedade, redistribuição social e transformação das normas de gênero, rumo a uma igualdade efetiva.

Desse modo, conclui-se que a opressão feminina não pode ser compreendida apenas como um resquício de formações sociais arcaicas, mas como um componente ativo e funcional do sistema capitalista contemporâneo. Somente com a articulação entre as dimensões econômica, cultural e simbólica, será possível vislumbrar transformações estruturais efetivas que promovam a igualdade de gênero nas esferas nacional e internacional. Dessa forma, essa questão elenca importância à análise das relações internacionais pela ótica feminista e marxista, ao expandir essa visão para entendimento de estruturas de um mundo globalizado.

### 3 CONCLUSÃO

Diante do exposto e das convergências e divergências entre os autores, chega-se ao ponto de que a complexidade entre Gênero e Relações Internacionais, sob a lente marxista, oferece uma crítica fundamental às abordagens tradicionais do campo, como o realismo e o liberalismo. Nesse sentido, a perspectiva marxista, com ênfase nas relações de poder, nas estruturas sociais e na luta de classes, revela como as desigualdades de gênero se entrelaçam com as relações interestatais e a hegemonia global.

A análise de autores como Andrade (2024), Passos et Carletti (2024), Saffiotti (1978), Tickner (1997), Davis (2016), Engels (2006) e Kollontai (2000) permite entender que a opressão das mulheres não é um fenômeno isolado, mas sim uma consequência das

estruturas capitalistas. Sob essa ótica, a teoria feminista marxista contribui para as RI ao revelar como o capitalismo global se sustenta por meio de uma divisão sexual do trabalho que marginaliza e desvaloriza o trabalho reprodutivo, frequentemente realizado por mulheres, parte de uma estrutura de manutenção de poder. Como Saffioti (1978) destaca, essa opressão é moldada não apenas pelas relações de gênero dentro do lar, mas pelas dinâmicas globais que afetam as mulheres em diferentes contextos nacionais.

Sinteticamente, o regime de propriedade privada é apontado como responsável pela opressão das mulheres no âmbito familiar, submetendo-as à esfera doméstica e ao controle masculino com o aumento das riquezas. De acordo com Saffioti (1978) e Arruzza (2013), a família nuclear burguesa reproduz as condições de opressão feminina dentro da estrutura capitalista. Com esse cenário em vista, Engels (2006) complementa a análise, com o argumento de que a opressão está ligada à formação da propriedade privada e às estruturas patriarciais que emergiram com o desenvolvimento do capitalismo.

Dessa forma, é necessário destacar que a opressão feminina está intrinsecamente ligada ao sistema capitalista. Assim, a luta pela emancipação das mulheres deve ser vista como parte integrante da luta contra o capitalismo, conforme enfatizado por Davis (2016). Nesse sentido, Davis (2016) propõe uma análise interseccional que considera as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam, ligando as lutas contra o racismo, o sexism e a exploração econômica.

Sob esse viés, a estrutura do patriarcado e do capitalismo, especialmente em contextos de dependência econômica, articula-se com mecanismos de exploração racial e de gênero, impactando políticas e relações internas e internacionais. A interseccionalidade emerge como uma ferramenta analítica essencial para captar as múltiplas formas de dominação que atravessam o espaço global. Sob esse cenário, ao articular gênero, classe e economia, essa abordagem revela que a opressão das mulheres não é um fenômeno periférico ou isolado, mas sim uma engrenagem funcional ao capitalismo global, reproduzida por meio da divisão sexual do trabalho, da precarização laboral e da invisibilização do trabalho reprodutivo.

Ademais, o pensamento de Kollontai (2000) enfatiza a importância da consciência de classe entre as mulheres trabalhadoras. Essa análise revela que a luta de classes é um ele-

mento central para entender as tensões e conflitos nas relações internacionais, destacando como a opressão de gênero está entrelaçada com as desigualdades econômicas. Dessa maneira, estabelece-se uma conexão importante com a abordagem de Cox (1981), em que a perspectiva marxista, portanto, não atua apenas como uma crítica das estruturas de poder que governam as relações internacionais, mas também aborda vivências de comunidades desfavorecidas.

Assim, a perspectiva feminista marxista representa não apenas uma crítica ao sistema capitalista global, mas uma lente teórica capaz de enriquecer e tensionar categorias centrais das RI. Sem a utilização da perspectiva feminista marxista, importantes fenômenos globais — como a divisão sexual do trabalho nas cadeias produtivas centro-periferia, a precarização do trabalho feminino em contextos periféricos, ou a naturalização da violência de gênero em conflitos armados — tendem a ser negligenciados ou tratados de forma superficial. Dessa forma, foi possível notar ao longo deste artigo que o feminismo marxista não apenas amplia a compreensão das dinâmicas de poder globais, como também contribui para reposicionar as Relações Internacionais como um campo mais sensível às desigualdades estruturais, abrindo caminhos para a formulação de políticas mais inclusivas e emancipatórias no âmbito global.

Em última instância, a igualdade de gênero requer a superação das formas de dominação sustentadas pelas relações de produção e reprodução capitalistas. Isso exige uma transformação estrutural profunda que vá além da igualdade jurídica formal, conforme Saffiotti (1978), combatendo não apenas as barreiras materiais impostas pelo capitalismo, mas também as lógicas culturais e simbólicas do patriarcado.

Conclui-se que a luta por igualdade de gênero é uma luta contra o sistema capitalista e suas desigualdades estruturais, e que a emancipação das mulheres está ligada à transformação das estruturas econômicas e de poder que perpetuam a opressão e a exploração. Além disso, é importante ressaltar que este trabalho não esgota o tema, mas sim abre um leque de possibilidades para uma epistemologia crítica e plural, uma vez que a complexidade das interações entre gênero, classe e economia nas relações internacionais sugere que novas abordagens e perspectivas podem enriquecer ainda mais a discussão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Aline Recalcatti de. **Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina.** *Revista Geographia Opportuno Tempore*, v. 6, n. 1, p. 49–66, jan./jun. 2024.
- ARRUZZA, Cinzia et al. **Dangerous liaisons: the marriages and divorces of Marxism and Feminism.** Penelope Duggan, 2013.
- COX, R. W. **Social Forces, States and World Orders:** Beyond International Relations Theory. *Millennium*, 10(2), 126-155, 1981.
- DAVIS, Angela.. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Alysson Mascaro, Clara Araújo e Marília Moschkovich. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics.** Univ of California Press, 2014.
- FURTADO, C. **Underdevelopment: to conform or to reform.** In: MEIER, G. (ed) *Pioneers of development. Second Series.* Oxford: Oxford University/World Bank, 1987.
- KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual.** São Paulo, 2000.
- PASSOS, Ellen e CARLETTI, Anna. **Pilares e conceitos: a construção da perspectiva interseccional de Raça, Classe e Gênero no pensamento feminista.** *Revista Geographia Opportuno Tempore*, v. 6, n. 1, p. 67–91, jan./jun. 2024.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A nova mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 1978.
- TICKNER, J. Ann. **You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists.** *International Studies Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.